

T4F Entretenimento S.A.

**Informações Trimestrais - ITR em
31 de março de 2019
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais**

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
T4F Entretenimento S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de maio de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador CRC 1DF012332/O-2

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18			31/03/19	31/12/18		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	184.711	148.038	255.869	196.951	Fornecedores	16	28.714	17.358	59.485	64.575
Títulos e valores mobiliários		5.000	5.000	5.000	5.000	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	10.465	896	12.891	896
Instrumentos financeiros derivativos		-	35	-	35	Salários, provisões e encargos sociais		1.670	4.052	2.853	5.457
Caixa restrito	7	2.676	4.137	2.676	4.137	Impostos e contribuições a recolher	18	9.947	3.372	16.095	9.831
Contas a receber de clientes	8	56.749	87.453	75.117	141.243	Adiantamentos de clientes	19	91.541	94.851	105.103	119.644
Estoques		198	213	1.301	1.503	Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura	20	1.061	-	1.061	-
Impostos a recuperar	9	5.334	5.341	16.712	18.057	Dividendos a pagar		1.991	1.991	2.001	2.001
Adiantamentos a fornecedores	10	4.394	28.537	11.092	36.121	Partes relacionadas	13	26.724	26.335	-	-
Custos antecipados	11	52.871	17.218	57.063	29.842	Outras obrigações	22	4.518	2.037	7.732	5.491
Dividendos a receber de controladas		236	236	-	-	Total do passivo circulante		176.631	150.892	207.221	207.895
Outras contas a receber	12	1.898	3.526	4.918	31.597						
Total do ativo circulante		314.067	299.734	429.748	464.486	NÃO CIRCULANTE					
NÃO CIRCULANTE						Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	132.556	120.000	144.955	120.000
Realizável a longo prazo:						Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	21	7.565	7.044	43.420	9.288
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	50.985	49.131	61.373	53.851	Provisão para perdas em investimentos em controladas	14.a)	19.565	12.470	-	-
Depósitos judiciais	21	8.397	8.055	10.810	10.477	Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	-	-	159	3.892
Custos antecipados	11	15.387	15.387	15.387	15.387	Impostos e contribuições a recolher	18	5.105	5.105	5.247	5.379
Partes relacionadas	13	43.370	39.635	15.448	7.389	Outras obrigações	22	829	937	829	937
Total do realizável a longo prazo		118.139	112.208	103.018	87.104	Total do passivo não circulante		165.620	145.556	194.610	139.496
Investimentos em controladas	14.a)	76.396	93.480	-	-	Total do passivo		342.251	296.448	401.831	347.391
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	115.487	110.487	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	15.a)	27.660	7.775	49.968	15.991	Capital social	23	243.022	243.022	243.022	243.022
Intangível:						Gastos com emissão de ações	23	(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	-	-	127.676	111.177	Reservas de capital	23	6.237	6.056	6.237	6.056
Outros intangíveis	15.b)	1.674	1.933	2.752	3.113	Ações em tesouraria	23	(2.131)	(2.131)	(2.131)	(2.131)
Total do ativo não circulante		339.356	325.883	283.414	217.385	Reserva de reavaliação	15.c)	732	776	732	776
						Reservas de lucros	23	44.179	78.460	44.179	78.460
						Outros resultados abrangentes	23	28.798	12.651	28.798	12.651
						Patrimônio líquido dos acionistas controladores		311.172	329.169	311.172	329.169
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	159	5.311
						Total do patrimônio líquido		311.172	329.169	311.331	334.480
TOTAL DO ATIVO		653.423	625.617	713.162	681.871	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		653.423	625.617	713.162	681.871

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/19	31/03/18	31/03/19	31/03/18
RECEITA LÍQUIDA	24	86.615	140.356	120.604	194.347
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	25.b)	(68.101)	(114.684)	(101.066)	(159.320)
LUCRO BRUTO		18.514	25.672	19.538	35.027
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Vendas	25.a)	(305)	(238)	(387)	(418)
Gerais e administrativas	25.a)	(7.667)	(10.305)	(11.623)	(17.268)
Remuneração dos administradores	13.2 e 25.a)	(1.170)	(3.635)	(1.279)	(2.337)
Equivalência patrimonial	14	(32.901)	(3.519)	-	-
Perdas com investimentos	5.b	(7.425)	-	(7.425)	-
Outras, líquidas	28	(1.583)	706	(18.220)	(408)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(32.537)	8.681	(19.396)	14.596
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	27	(4.880)	(1.208)	(9.401)	(2.375)
Receitas financeiras	27	2.427	2.235	2.982	3.553
Variação cambial e monetária, líquida	27	606	(1.557)	(19.273)	(2.415)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(34.384)	8.151	(45.088)	13.359
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	29	(1.793)	(3.161)	(11)	(8.521)
Diferidos	29	1.852	(977)	10.814	17
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO TRIMESTRE		(34.325)	4.013	(34.285)	4.855
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				(34.325)	4.013
Acionistas não controladores				40	842
				(34.285)	4.855
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	36			(0,5101)	0,0595
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	36			(0,4941)	0,0574

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/03/18	31/03/19	31/03/18
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO TRIMESTRE	(34.325)	4.013	(34.285)	4.855
Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:				
Ajustes de conversão	14.662	-	14.662	-
Variação cambial na conversão de operações no exterior	1.485	(225)	1.485	(225)
Total do resultado abrangente do trimestre	<u>(18.178)</u>	<u>3.788</u>	<u>(18.138)</u>	<u>4.630</u>
Total do resultado abrangente do trimestre atribuível a:				
Acionistas controladores			(18.178)	3.788
Acionistas não controladores			40	842
			<u>(18.138)</u>	<u>4.630</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

Nota explicativa	Reservas de capital				Reservas de Lucros				Ações em Tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Efeitos em transações de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do período					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018	243.022	- 9.665	6.896	- 2.043	935	14.260	56.250	-	- 263	14.131	323.523	3.262	326.785
Pagamentos baseado em ações	33	-	452	-	-	-	-	-	-	-	452	-	452
Dividendos adicionais propostos	23	-	-	-	-	-	(10.534)	-	-	-	(10.534)	-	(10.534)
Aquisição de ações em tesouraria	23	-	-	-	-	-	-	-	(744)	-	(744)	-	(744)
Realização da reserva de reavaliação	23	-	-	-	(23)	-	23	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do trimestre	23	-	-	-	-	-	-	4.013	-	-	4.013	842	4.855
Outros resultados abrangentes -	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(225)	(225)	68	(157)
Variação cambial na conversão de operações no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	(225)	(225)	68	(157)
Resultado abrangente total do trimestre		-	-	-	-	-	-	4.013	-	(225)	3.788	910	4.698
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018	243.022	(9.665)	7.348	(2.043)	912	14.260	45.739	4.013	(1.007)	13.906	316.485	4.172	320.657
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019	243.022	(9.665)	8.099	(2.043)	776	14.679	63.781	-	(2.131)	12.651	329.169	5.311	334.480
Pagamentos baseado em ações	33	-	181	-	-	-	-	-	-	-	181	-	181
Realização da reserva de reavaliação	23	-	-	-	(44)	-	44	-	-	-	-	-	-
Descontinuidade do pacto com acionistas Bizarro	5.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.289)	(5.289)
Prejuízo do trimestre	23	-	-	-	-	-	-	(34.325)	-	-	(34.325)	40	(34.285)
Outros resultados abrangentes -	23	-	-	-	-	-	-	-	-	14.662	14.662	-	14.662
Ajustes de conversão por hiperinflação		-	-	-	-	-	-	-	-	14.662	14.662	-	14.662
Variação cambial na conversão de operações no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	1.485	1.485	97	1.582
Resultado abrangente total do trimestre		-	-	-	-	-	-	(34.325)	-	16.147	(18.178)	(5.152)	(23.330)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019	243.022	(9.665)	8.280	(2.043)	732	14.679	63.825	(34.325)	(2.131)	28.798	311.172	159	311.331

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/19	31/03/18	31/03/19	31/03/18
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo)		(34.325)	4.013	(34.285)	4.855
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do trimestre com o caixa líquido gerado pela (aplicado nas) atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	14	32.901	3.519	-	-
Depreciação e amortização	25.b)	2.673	950	3.905	1.502
Perdas com investimentos		7.425	-	7.425	-
Ganho com valor justo de instrumentos financeiros		35	-	35	-
Custo residual de ativo imobilizado baixado		70	(308)	70	(308)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.852)	977	(10.814)	(17)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais		1.246	3.020	463	(731)
Pagamentos baseados em ações		181	452	181	452
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	409	1.640	34.274	2.939
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.a)	19	-	(1.085)	(18)
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		30.685	30.487	55.692	40.466
Estoques		15	(61)	128	52
Impostos a recuperar		7	(44)	(1.918)	(739)
Adiantamentos a fornecedores		24.143	838	22.085	(3.077)
Outras contas a receber		1.628	711	3.074	(4.702)
Depósitos judiciais		(342)	250	(348)	212
Custos antecipados		(35.653)	4.984	(29.074)	2.184
Fornecedores		10.668	36.538	15.475	47.242
Impostos e contribuições a recolher		6.575	10.881	11.269	12.925
Salários, provisões e encargos sociais		(2.382)	1.857	(2.490)	1.612
Adiantamentos de clientes		(3.310)	(66.974)	(13.202)	(73.966)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		-	-	(215)	(435)
Outras obrigações		2.893	11.754	2.898	21.281
Pagamento de passivos de arrendamento - juros		405	-	706	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		44.114	45.484	64.249	51.729
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	(3.000)	-	(3.000)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	15	(224)	(53)	(370)	(412)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(3.224)	(53)	(3.370)	(412)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aquisição de ações próprias		-	(744)	-	(744)
Partes relacionadas		(3.295)	(11.024)	(4.982)	3.085
Pagamento de debêntures - principal		-	(8.333)	-	(8.333)
Pagamento de debêntures - juros		-	(1.140)	-	(1.140)
Pagamento de passivos de arrendamento - principal		(2.084)	-	(3.357)	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(5.379)	(21.241)	(8.339)	(7.132)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS					
		1.162	125	6.378	791
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		36.673	24.315	58.918	44.976
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do trimestre		148.038	138.942	196.951	198.015
No final do trimestre		184.711	163.257	255.869	242.991
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS					
		36.673	24.315	58.918	44.976

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/03/18	31/03/19	31/03/18
RECEITAS				
De serviços e produtos	99.632	162.430	135.998	217.847
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19)	-	1.085	18
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(63.912)	(112.905)	(98.459)	(156.142)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.068)	(5.695)	(21.181)	(10.107)
Perda de valores ativos	5	395	(1.174)	422
VALOR ADICIONADO BRUTO	26.638	44.225	16.269	52.038
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(2.673)	(950)	(3.905)	(1.502)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	23.965	43.275	12.364	50.536
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(37.311)	(2.384)	(10.519)	633
Receitas financeiras e variação cambial	3.033	678	1.048	1.107
Resultado de equivalência patrimonial	(32.901)	(3.519)	-	-
Perdas em investimentos	(7.425)	-	(7.425)	-
Outras receitas	(18)	457	(4.142)	(474)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(13.346)	40.891	1.845	51.169
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	1.882	7.722	3.334	10.006
Remuneração direta	782	6.963	2.104	9.083
Benefícios	869	517	964	630
FGTS	231	242	266	293
Impostos, taxas e contribuições	14.443	27.905	6.189	33.860
Federais	10.642	20.856	2.201	26.480
Estaduais	-	-	171	287
Municipais	3.801	7.049	3.817	7.093
Remuneração de capitais de terceiros	4.654	1.251	26.607	2.448
Juros	4.575	1.067	26.436	2.202
Aluguéis	79	184	171	246
Remuneração de capital próprio	(34.325)	4.013	(34.285)	4.855
Dividendos	-	-	-	-
Lucros retidos	(34.325)	4.013	(34.325)	4.013
Participação dos acionistas não controladores	-	-	40	842
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(13.346)	40.891	1.845	51.169

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra cinco casas de espetáculos na América do Sul: Credicard Hall e Teatro Renault, em São Paulo, KM de Vantagem Hall, no Rio de Janeiro, KM de Vantagem Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Orbis Seguros, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem a Stockcar o principal evento automobilístico nacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As informações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Informações Trimestrais Financeiras da Companhia compreendem:

a) As informações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 “Demonstração Intermediária” e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR. São divulgadas em conjunto com as informações financeiras consolidadas.

b) As informações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 “Demonstração Intermediária” e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “Interim Financial Reporting” aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

c) A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração esta apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado:

a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

e) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº15). As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

h) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 29).

i) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida foi contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. ("ADTSPE"), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação. Referido crédito fiscal foi integralmente realizado no exercício de 2017.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

j) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada (nota explicativa nº15). Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

k) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

l) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em períodos anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

o) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

p) Adiantamentos de clientes

A receita compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

q) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

r) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

s) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

t) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".
- iv) Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Como consequência do exposto acima, a Companhia avaliou os impactos por contabilidade de economia altamente inflacionária para as suas subsidiárias na Argentina nessas demonstrações contábeis consolidadas e individuais aplicando as regras da IAS 29 da seguinte forma:

- a norma de contabilidade e evidência de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018 (conforme parágrafo 4 da IAS 29, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações contábeis de qualquer entidade desde o início do período em que se identifique a existência de hiperinflação);
- os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, ágio, etc.) e o patrimônio líquido das subsidiárias na Argentina atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 seriam reportados nos lucros acumulados e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 seriam reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. Conforme parágrafo 3 da IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária;
- a demonstração de resultado seria ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (em vez da taxa média acumulada no ano para economias não altamente inflacionárias), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;
- a demonstração de resultados do ano de 2017 e os respectivos balanços patrimoniais das subsidiárias na Argentina não foram reapresentados. Conforme IAS 21 parágrafo 42 (b) quando os montantes forem convertidos para a moeda de economia não hiperinflacionária, os montantes comparativos devem ser aqueles que seriam apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações contábeis do ano anterior (isto é, não ajustados para mudanças subsequentes no nível de preços ou mudanças subsequentes nas taxas de câmbio);
- na ausência da emissão do pronunciamento análogo pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a Companhia aplicou o IAS 29 como prática contábil para fins de Contabilidade e Evidência de Economia Altamente Inflacionária nas demonstrações contábeis individuais.

u) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

v) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, na seguinte categoria:

A categoria de classificação Empréstimos e recebíveis deixou de existir, foi introduzida pela IFRS 9 a categoria Custo amortizado: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2019, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 13).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 30) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”). O grupo não possui saldo de operações com instrumentos derivativos em 31 de março de 2019.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

w) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 33).

x) Arrendamentos mercantis

O Pronunciamento CPC 06 (R2)/IFRS 16 altera a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um modelo unificado de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Bens de Direito de Uso) e passivo (Passivos de arrendamento) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Contratos de arrendamento com prazo inferior a 12 meses, que possua valor imaterial ou que tenha como base valores variáveis são caracterizados como isentos dessa norma.

A Companhia avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma e optou por aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como: (i) Levantamento dos contratos; (ii) abordagem de transação; (iii) mensuração do passivo inicial e ativo inicial e; (iv) impactos da adoção inicial.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

De acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não trouxe nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, no qual resulta em uma redução nos primeiro trimestre, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos.

y) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

z) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Adoção inicial de nova norma CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019 e substituiu a IAS 17 – Arrendamentos. A norma remove a distinção atual entre arrendamentos operacionais e financeiros e requer o reconhecimento de um ativo (Bens de direitos de uso) e um passivo financeiro relacionado como pagamento de aluguéis para praticamente todos os contratos de arrendamento.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 21). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

e) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na (nota explicativa nº 3). Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - % Controladas indiretas		Participação - %	
	2019	2018	2019	2018
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00	1,71	1,71
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	-	60,00
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	60,00	60,00		
Ticketek S.A.C	99,99	99,99		
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	98,29	98,29		
T4F Entretenimiento Chile SpA.(b)	-	100,00		
T4F Bizarro Producciones SpA.	-	60,00		
Pop Load Festival(a)	60,00	-		

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(a) Em 04 de fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu 60% de controle da Pop Load Festival.

(b) Durante o primeiro trimestre de 2019, conforme previsto no acordo de acionistas, a Companhia optou pela descontinuidade do investimento nessa controlada.

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 31 de março de 2019 e de 2018 e a receita líquida dos trimestres de 2019 e de 2018:

	31/03/19			31/12/18		31/03/18	
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	
Controladas:							
Time for Fun Mídia Ltda	2.446	2.073	-	1.201	842	-	
Metropolitan Empreendimentos S.A.	21.014	31.088	696	5.374	13.184	1.205	
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	18.299	3.358	50	18.068	2.867	832	
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e subsidiárias indiretas	74.837	32.116	3.196	66.470	15.441	5.002	
T4F USA Inc.	3.131	2	-	3.084	2	-	
Ticket Co. SpA	22.736	14.307	928	21.050	12.367	2.734	
Vicar Promoções Desportivas S.A.	11.361	3.361	143	14.056	5.037	3.554	
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	5.709	8.302	-	5.629	8.167	-	
T4F Entretenimiento Chile SpA.	70.975	66.002	7.337	79.273	74.768	38.410	
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	23.713	31.651	20.611	24.095	27.233	2.840	

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são "holdings" cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

- T4F Entretenimiento Chile SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral. A T4F Entretenimiento Chile SpA atualmente detém participação direta na T4F Bizarro Producciones SpA de 60%.
- Ticketek S.A.C. - localizada no Peru, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento e encontra-se em fase não operacional.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Caixa e bancos (c)	25.932	15.822	37.729	24.961
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (d)	131.396	108.668	189.290	146.705
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	20.875	15.281	21.560	15.956
Operação compromissada - DI (b)	6.508	8.267	7.290	9.329
Total	184.711	148.038	255.869	196.951

a) Este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Créditos Público, Crédito Privados e FIDC de Instituições Financeiras. Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 85% a 100% da variação do CDI (85% a 100% em 31 de dezembro de 2018), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

d) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 20). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$2.676 (R\$4.137 em 31 de dezembro de 2018).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Clientes faturados (i)	18.089	17.630	25.517	28.848
Bilheteria (ii)	27.774	54.804	32.347	83.548
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	11.439	15.553	20.688	33.836
Total das contas a receber	57.302	87.987	78.552	146.232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(553)	(534)	(3.435)	(4.989)
Total	56.749	87.453	75.117	141.243

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
A vencer:	55.785	82.713	61.953	129.742
Vencidas:				
Até 30 dias	655	3.538	11.380	4.544
De 31 a 60 dias	88	327	376	1.297
De 61 a 90 dias	221	875	1.408	1.017
De 91 a 180 dias	488	23	768	582
Há mais de 180 dias	65	511	2.667	9.050
Total das contas a receber	57.302	87.987	78.552	146.232

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	534	4.989
(+) Adições	24	45
(-) Reversões e baixas	(5)	(1.599)
Saldos em 31 de março de 2019	553	3.435

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
IRPJ/CSLL - antecipações	2.795	2.795	3.604	4.803
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	294	287	3.839	4.212
Programa de Integração Social - PIS	-	-	99	31
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	451	135
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	4.051	4.513
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	381	517
Crédito de imposto de renda de primeira categoria - Chile	-	-	-	-
Outros	2.245	2.259	4.287	3.846
Total	5.334	5.341	16.712	18.057

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	2.678	27.541	8.432	31.536
Outros	1.716	996	2.660	4.585
Total	4.394	28.537	11.092	36.121

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Eventos, shows e espetáculos contratados	65.550	30.672	68.020	41.320
Outros	2.708	1.933	4.430	3.909
Total	68.258	32.605	72.450	45.229
Circulante	52.871	17.218	57.063	29.842
Não Circulante (i)	15.387	15.387	15.387	15.387

(i) Refere-se a pagamento contratuais antecipados para eventos a serem realizados entre 2020 a 2023.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/03/19	31/12/18
Coparticipação de shows(i)	-	22.975
Bilheteria a receber de terceiros (ii)	2.917	4.957
Reembolso de Contingências (iii)	1.216	3.329
Outros	785	336
Total	4.918	31.597

(i) Em 31 de dezembro de 2018, referem-se aos valores registrados, substancialmente, a créditos a título de participação nos resultados dos eventos realizados pela T4F Bizarro, conforme acordo de acionistas entre T4F Entretenimento S.A. e Eventos Bizarro. Em 31 de março de 2019, esse montante foi revertido, conforme nota 5.b.

(ii) Refere-se a valores a receber na Ticketek Argentina S.A. na venda de ingressos de shows de terceiros.

(iii) Referem-se a ações de naturezas fiscais e trabalhistas, nos montantes de R\$439 e R\$777, respectivamente, em 31 de março de 2019 (R\$2.112, R\$439 e R\$778, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018) registrados na rubrica "Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas" (nota explicativa nº 21) de responsabilidade de terceiros. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte de terceiros.

13. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

13.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:

Categoria	31/03/19			31/12/18		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	30	-	-	30	-	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (i)	5.970	-	125	5.413	-	562
Metropolitan Empreendimentos S.A. (v)	14.596	-	(476)	12.111	-	(3.988)
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.085	-	-	2.085	-	(378)
T4F Chile S.A. (ii)	-	23.700	(340)	-	23.359	(4.165)
T4F Entretenimentos Argentina S.A. (vi)	15.717	-	(13)	15.400	-	94
T4F USA Inc. (iii)	-	3.024	(48)	-	2.976	(541)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	700	-	246	400	-	915
T4F Peru Entretenimientos S.A. (iv)	4.272	-	88	4.196	-	890
Total	43.370	26.724	- 418	39.635	26.335	- 6.611

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Consolidado:

	Categoria	31/03/19		31/12/18	
		Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V.	Acionista	6.424	125	5.917	562
ACT Peru S.A.C	Outras partes relacionadas	1.740	-	1.702	-
Eventos Bizarro SpA.	Outros	7.284	-	(230)	-
Total		15.448	125	7.389	562

(i) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%.

(iii) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$700 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 2%.

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em novembro de 2014, entre a Companhia e a controlada T4F Peru Entretenimientos S.A., no montante de US\$6.800 mil, após capitalização o montante passou a ser de US\$2.200 mil. O empréstimo é atualizado anualmente por juros de 7,6%. Em abril de 2017 a companhia assinou novo contrato no montante de US\$800 mil. A taxa anual de atualização correspondente é de LIBOR+3%.

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu para custos da operação no período.

(vi) Representa principalmente o valor a receber dos contratos assinados entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A em setembro, outubro e novembro de 2018, no montante de US\$4.500 mil atualizado pela taxa LIBOR e por juros de 2,4% a.a.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

13.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	31/03/19				31/03/18			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	74	-	-	74	74	-	-	74
Conselho Fiscal	80	-	-	80	-	-	-	-
Diretores estatutários	874	-	142	1.016	841	2.417	303	3.561
Total	1.028	-	142	1.170	915	2.417	303	3.635

Consolidado	31/03/19				31/03/18			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	74	-	-	74	90	-	-	90
Conselho Fiscal	80	-	-	80	-	-	-	-
Diretores estatutários	983	-	142	1.125	1.889	55	303	2.247
Total	1.137	-	142	1.279	1.979	55	303	2.337

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite anual da remuneração global dos administradores na controladora foi fixado em R\$11.232 e contempla: i) Remuneração Fixa; ii) Benefícios; iii) Remuneração variável de curto prazo; iv) Remuneração variável de longo prazo e v) Pagamento baseado em ações.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 31 de março de 2019

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	373	15	99,99	15	-	373
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(10.074)	(2.264)	99,99	(2.264)	(10.074)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	(7.937)	(5.256)	98,29	(5.256)	(7.935)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	14.942	(259)	99,99	(259)	-	14.942
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	42.720	(24.136)	100,00	(24.136)	-	42.720
T4F USA Inc.	3.129	28	100,00	28	-	3.129
Ticket Co. SpA.	8.429	(452)	100,00	(452)	-	8.429
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(2.593)	(3)	60,00	(2)	(1.556)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	-	291	100,00	291	-	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	8.000	(1.019)	85,00	(866)	-	6.803
Total				(32.901)	(19.565)	76.396

(i) inclui o percentual da participação indireta de 1,71% da T4F Entretenimientos Argentina S.A.

a.2) 31 de dezembro de 2018

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	359	36	99,99	36	-	359
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(7.810)	(5.947)	99,99	(5.947)	(7.809)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	(3.138)	(8.884)	98,29	(8.884)	(3.138)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	15.201	722	99,99	722	-	15.200
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	51.030	(6.164)	100,00	(6.164)	-	51.030
T4F USA Inc.	3.082	106	100,00	106	-	3.082
Ticket Co. SpA.	8.683	1.509	100,00	1.509	-	8.683
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(2.538)	(903)	60,00	(542)	(1.523)	-
T4F Bizarro Producciones SpA.	12.434	3.613	100,00	3.613	-	7.459
Vicar Promoções Desportivas S.A.	9.019	394	85,00	335	-	7.667
Total				(15.216)	(12.470)	93.480

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

	Controladora 31/03/19	Controladora 31/03/18
Saldo inicial do investimento líquido	81.010	86.010
Equivalência patrimonial	(32.901)	(3.519)
Varição cambial na conversão de investimentos no exterior	1.983	(225)
Ajustes de conversão	14.662	-
Perdas com investimentos (nota 5.b)	(7.923)	-
Saldo final do investimento líquido	56.831	82.266
Provisão para perdas em investimentos em controladas	19.565	4.703
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	76.396	86.969

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.(iv)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (iv)	(20.002)	(20.002)	(20.002)	(20.002)
PLF Eventos S.A	5.000	-	5.000	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	1.771	1.771	1.771	1.771
Empresas adquiridas na Argentina (vi)	-	-	12.189	690
Total	115.487	110.487	127.676	111.177

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

(i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

(iii) Como parte da reestruturação societária, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio são de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal foi integralmente realizado no exercício de 2017.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Entre outros, os seguintes principais fatores resultaram no reconhecimento do impairment: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira.

(v) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de "Purchase Price Allocation (PPA)". Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.

(vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio. O valor foi impactado pelos efeitos da variação cambial na conversão e pela hiperinflação na Argentina.

15. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	96	110
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	76.779	76.749	106.962	115.710
Móveis e utensílios	4.270	4.363	8.267	7.653
Máquinas e equipamentos	13.741	13.846	20.106	18.492
Equipamentos de processamento de dados	6.471	6.526	10.874	8.834
Estruturas	9.646	9.196	9.784	9.348
Veículos	777	843	5.969	6.035
Bens de direito de uso	21.458	-	37.253	-
Imobilizado em andamento	117	117	120	120
Total	133.259	111.640	199.431	166.302

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	14	(74.986)	(74.832)	(100.307)	(107.992)
Móveis e utensílios	6	(3.347)	(3.369)	(6.856)	(6.120)
Máquinas e equipamentos	13	(10.093)	(9.959)	(15.117)	(13.477)
Equipamentos de processamento de dados	20	(5.735)	(6.142)	(9.722)	(7.939)
Estruturas	15	(9.027)	(9.008)	(9.101)	(9.094)
Veículos	20	(511)	(555)	(5.670)	(5.689)
Bens de direito de uso	20	(1.900)	-	(2.690)	-
Total		(105.599)	(103.865)	(149.463)	(150.311)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	96	110
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	1.793	1.917	6.655	7.718
Móveis e utensílios	923	994	1.411	1.533
Máquinas e equipamentos	3.648	3.887	4.989	5.015
Equipamentos de processamento de dados	736	384	1.152	895
Estruturas	619	188	683	254
Veículos	266	288	299	346
Bens de direito de uso	19.558	-	34.563	-
Imobilizado em andamento	117	117	120	120
Total	27.660	7.775	49.968	15.991

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que passaram a ser depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Custo	-	11.795	11.796	14.764	17.401
Amortização	20	(10.121)	(9.863)	(12.012)	(14.288)
Total		1.674	1.933	2.752	3.113

c) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	31/03/19		31/12/18	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	467	(365)	102	114
Máquinas e equipamentos	1.967	(1.037)	930	981
Equipamentos de processamento de dados	173	(117)	56	57
Equipamentos Aurolights - incorporação	167	(148)	19	22
	28.108	(27.001)	1.107	1.174
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(375)	(398)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			732	776

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Consolidado:

	31/03/19		31/12/18	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.022	(880)	142	159
Máquinas e equipamentos	3.722	(2.365)	1.357	1.419
Equipamentos de processamento de dados	232	(174)	58	60
Equipamentos Aurolights - incorporação	167	(148)	19	22
	<u>30.477</u>	<u>(28.901)</u>	<u>1.576</u>	<u>1.660</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(536)	(564)
Eliminações do consolidado (i)			(308)	(320)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			<u>732</u>	<u>776</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Mutação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Saldo inicial	7.775	9.412	15.927	15.697
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	29	375	29	524
Móveis e utensílios	-	3	-	10
Máquinas e equipamentos	39	226	57	228
Equipamentos de processamento de dados	393	107	483	361
Estruturas	450	-	450	-
Bens de direito de uso(1)	21.458	-	37.254	-
Total de adições	<u>22.369</u>	<u>711</u>	<u>38.273</u>	<u>1.123</u>
Baixas líquidas	(70)	(198)	(70)	(1.234)
Depreciação	(514)	(2.150)	(901)	(4.139)
Depreciação - Bens de direito de uso (1)	(1.900)	-	(2.690)	-
Efeitos de variação cambial	-	-	(571)	(575)
(-) Correção monetária na Arg.	-	-	-	5.119
	<u>(2.484)</u>	<u>(2.348)</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(829)</u>
Saldo final	<u>27.660</u>	<u>7.775</u>	<u>49.968</u>	<u>15.991</u>

(1) Adoção inicial - IFRS16/CPC 06 (R2)

A Companhia ofereceu como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios de R\$117, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem.

Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 31 de março de 2019, há aproximadamente R\$14.554, ainda em uso, totalmente depreciados.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

e) Mutações do intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Saldo inicial	1.933	3.022	3.113	4.099
Adições:				
Software	-	17	39	301
Amortização (1)	(259)	(1.106)	(314)	(1.133)
Baixas líquidas	-	-	(86)	(253)
(-) Correção monetária na Arg.	-	-	-	99
Saldo final	1.674	1.933	2.752	3.113

(1) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 25.b).

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Fornecedores nacionais	28.545	17.201	57.688	64.117
Fornecedores estrangeiros	169	157	1.797	458
Total	28.714	17.358	59.485	64.575

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Debêntures (a)	CDI + 1,6225%	2021	123.243	120.896	123.243	120.896
Passivo de arrendamento (b)	CDI + 1,6225%	2023	19.778	-	34.604	-
Total			143.021	120.896	157.847	120.896
Parcela do passivo circulante			10.465	896	12.891	896
Parcela do passivo não circulante			132.556	120.000	144.955	120.000

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 05 de novembro de 2018, o Instrumento Particular de Escritura da terceira emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 120 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$120.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 05 de novembro de 2018.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 31 de março de 2019, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por: i) Cessão de recebíveis de cartões (com medição periódica); ii) Cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de patrocínio (naming rights).

b) Passivos de arrendamento

Dos contratos que foram impactados pela norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia considerou os contratos de aluguel de longo prazo das casas de espetáculo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a intenção da Companhia quanto a certeza da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto que foi baseada na taxa de captação da Companhia (% CDI + 1.6225%).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
COFINS a recolher	1.374	1.037	1.384	1.154
PIS a recolher	296	224	298	249
Imposto Sobre Serviços - ISS	5.835	1.401	5.995	1.590
IRPJ e CSLL a recolher	242	-	4.936	2.525
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	329	394	328	161
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	100	990
IVA - imposto de valor agregado	-	-	51	1.857
INSS de terceiros a recolher	250	148	390	270
Outros	1.621	168	2.431	894
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	182	141
Passivo circulante	9.947	3.372	16.095	9.831
Parcelamento de ISS (b)	1.036	1.036	1.036	1.036
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	4.069	4.069	4.069	4.069
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	142	274
Passivo não circulante	5.105	5.105	5.247	5.379

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 31 de março de 2019, o saldo remanescente é de R\$4.069 (R\$4.069 em 31 de dezembro de 2018). O presente saldo foi objeto de quitação com crédito de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social conforme previsto na Portaria Conjunta PGFN / RFB Nº15/2014, pendente de posterior homologação por parte da Receita Federal do Brasil.

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 31 de março de 2019 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.365 (R\$1.430 em 31 de dezembro de 2018).

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 31 de março de 2019 a controlada no exterior T4F Entretenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (adesão feita em 2015, com período total negociado em 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 74 meses); (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 5 meses).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Contratos de "naming rights" (a)	8.232	8.886	8.259	8.886
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	16.509	7.829	29.907	11.013
Eventos privados (b.2)	2.922	528	2.923	529
Vendas antecipadas de ingressos (c)	63.878	77.608	64.014	99.216
Total	91.541	94.851	105.103	119.644

(a) Contratos de "naming rights": consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca. Em 31 de março de 2019 os valores a serem apropriados em 2019 será de R\$2.226, em 2020 e 2021 será de R\$2.880 e em 2022 de R\$246 na controladora e no consolidado.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras. Em 31 de março de 2019 aos valores a serem apropriados em 2019 será de R\$16.509 na controladora e de R\$29.907 no consolidado.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas. Em 31 de março de 2019 os valores a serem apropriados em 2019 será de R\$2.922 na controladora e de R\$2.923 no consolidado.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

20. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica "Caixa restrito" (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são recolhidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	Nº Pronac	Valor	
		Aprovado	
		31/03/19	31/12/18
Fantasma da Ópera	17 8343	28.646	1.061
Total		28.646	1.061

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Trabalhistas	4.741	4.743	5.935	6.208
Cíveis	1.378	1.267	35.775	1.783
Tributários	1.446	1.034	1.710	1.297
Total	7.565	7.044	43.420	9.288
Não circulante	7.565	7.044	43.420	9.288

21.1) Provisões tributárias

Em 31 de março de 2019, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$114.957 (R\$107.548 em 31 de dezembro de 2018).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 31 de março de 2019, o montante global desses processos, era de aproximadamente R\$ 57.929.

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2019, o valor estimado do processo é R\$12.722 (R\$12.661 em 31 de dezembro de 2018).

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2019, o valor envolvido era de R\$5.483 (R\$5.455 em 31 de dezembro de 2018).

d) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação e recurso aos autos de infração citados, e espera julgamento definitivos na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2019, o valor atualizado dos dois processos é de R\$12.206 (R\$12.330 em 31 de dezembro de 2018).

e) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autuou a Companhia no montante aproximado de R\$17.455 para data base de 31 de março de 2019, visando anular as supostas infrações autuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bitributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que a probabilidade de perda para os itens (i) e (iii) é possível, valor estimado de 50% do total, e remota para o item (ii), em montante correspondente a 50% do total acima informado.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

f) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal (“SRF”), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração lavrado, os quais foram julgados parcialmente procedentes, sendo que a opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 14% do lançamento. Em 31 de março de 2019, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$2.729 (R\$2.729 em 31 de dezembro de 2018).

g) Em fevereiro de 2019, a Companhia foi citada em uma ação de execução fiscal cujo objeto é a cobrança de supostas diferenças apuradas no momento do processo de nacionalização de peças de figurino inicialmente importadas sob o regime de admissão temporária para a realização de determinado espetáculo teatral. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2019 o valor da causa é de R\$5.163.

21.2) Provisões trabalhistas

Em 31 de março de 2019 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$9.542 (R\$8.959 em 31 de dezembro de 2018).

21.3) Provisões cíveis e outras

Em 31 de março de 2019 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$30.621 (R\$28.307 em 31 de dezembro de 2019).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 31 de março de 2019 é de aproximadamente R\$2.429 (R\$2.440 em 31 de dezembro de 2018) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas por Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública (“ACP”) proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.252, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

c) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública relacionada à apresentação de “Quidam”, nos períodos de junho a setembro de 2009, proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.137, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

d) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 31 de março de 2019 o valor em discussão é de R\$ 1.738 (R\$1.692 em 31 de dezembro de 2018). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de março de 2019, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$10.810 (R\$10.477 em 31 de dezembro de 2018).

21.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora

	31/12/18	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	31/03/19
Trabalhistas	4.743	(74)	-	72	4.741
Cíveis	1.267	72	-	39	1.378
Tributário	1.034	411	-	1	1.446
Total	7.044	409	-	112	7.565

Consolidado

	31/12/18	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	31/03/19
Trabalhistas	6.208	(207)	(130)	118	(54)	5.935
Cíveis(a)	1.783	34.071	(85)	39	(33)	35.775
Tributário	1.297	411	-	2	-	1.710
Total	9.288	34.275	(215)	159	(87)	43.420

a) A Companhia, termos de decisão judicial proferida em 17 de abril de 2019 pela Cámara Nacional de Apelaciones en lo Comercial de la Capital Federal, tribunal de segunda instância do Poder Judiciário da República Argentina, foi condenada solidariamente com as suas controladas T4F Inversiones S.A., Ticketek Argentina S.A. e T4F Entretenimientos Argentina S.A. a pagar a LRPG Mandataria y Fiduciaria S.A. a quantia de US\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), quantia esta a ser acrescida de juros de mora a serem calculados desde 13 de junho de 2007 até seu efetivo pagamento, nos autos de ação movida contra a Companhia e suas controladas por LRPG MANDATÁRIA Y FIDUCIÁRIA S.A., em decorrência de discussão de contrato de compra e venda de participação acionária celebrado em 14 de maio de 2007.

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor contabilizado como outras obrigações refere-se quase em sua totalidade a valores a serem repassados à clientes pela administração de bilheterias e venda de ingressos de eventos de terceiros de acordo com o fluxo estabelecido em contrato.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de março de 2019 e em dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 67.500.665 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

Lucro líquido do exercício	8.384
(-) Reserva legal	(419)
Base de cálculo dos dividendos	7.965
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	1.991

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável, constituída à razão de 5% do lucro líquido do período.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 33).

g) Ações em tesouraria:

Em 8 de maio de 2017, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 18 meses, a compra de até 2.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento (“Programa de Recompra” ou “Programa”).

Quantidade	Valor Total (R\$ mil)	Mínimo	Médio Ponderado	Máximo	Valor de Mercado das Ações (R\$ mil)
214.600	2.131	6,10	9,88	10,77	1.454.988

h) Ajustes de exercícios anteriores por efeito da hiperinflação:

A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 seriam reportados nos lucros acumulados.

24. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/03/18	31/03/19	31/03/18
Receita bruta:				
Serviços	99.629	162.409	135.944	216.950
Produtos	3	21	54	897
Impostos incidentes	(13.017)	(22.074)	(15.394)	(23.500)
Receita líquida	86.615	140.356	120.604	194.347

25. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/03/18	31/03/19	31/03/18
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	(2.214)	(8.332)	(4.023)	(11.469)
Serviços de terceiros	(6.367)	(5.104)	(7.446)	(6.272)
Utilidades e facilidades	(289)	(427)	(890)	(1.048)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19)	-	1.085	17
Outras despesas operacionais	(253)	(315)	(2.015)	(1.251)
Despesas operacionais	(9.142)	(14.178)	(13.289)	(20.023)
Vendas	(305)	(238)	(387)	(418)
Gerais e administrativas	(7.667)	(10.305)	(11.623)	(17.268)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13.2)	(1.170)	(3.635)	(1.279)	(2.337)
Total das despesas por natureza	(9.142)	(14.178)	(13.289)	(20.023)

b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/03/18	31/03/19	31/03/18
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(18.879)	(61.846)	(34.743)	(79.591)
Transportes e locações	(16.846)	(19.240)	(16.917)	(21.528)
Serviços de terceiros	(5.100)	(10.255)	(8.573)	(14.097)
Viagens e locomoção	(1.858)	(2.056)	(2.337)	(2.211)
Utilidades e facilidades	(2.813)	(7.552)	(4.451)	(8.633)
Mídia e publicidade	(2.572)	(3.234)	(3.170)	(3.842)
Depreciação e amortização	(2.673)	(950)	(3.905)	(1.502)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 26)	(1.269)	(459)	(1.783)	(1.163)
Custos de produção	(16.091)	(9.092)	(25.187)	(26.753)
Total	(68.101)	(114.684)	(101.066)	(159.320)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

26. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/03/18	31/03/19	31/03/18
Salários e bonificações	(2.892)	(2.475)	(4.424)	(5.065)
Despesa de férias	(458)	(720)	(601)	(806)
Despesa de 13º salário	(208)	(262)	(289)	(381)
Encargos sociais	(1.256)	(1.636)	(1.623)	(2.355)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	2.227	(3.127)	2.170	(3.320)
Pagamentos baseados em ações	(181)	(452)	(181)	(452)
Outros benefícios a empregados (i)	(715)	(119)	(858)	(255)
Total de despesas com benefícios a empregados	(3.483)	(8.791)	(5.806)	(12.634)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(1.269)	(459)	(1.783)	(1.165)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(2.214)	(8.332)	(4.023)	(11.469)
Total	(3.483)	(8.791)	(5.806)	(12.634)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/03/18	31/03/19	31/03/18
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(691)	(18)	(981)	(785)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(304)	(141)	(451)	(786)
Juros com debêntures	(2.346)	(544)	(2.346)	(544)
Outras(i)	(1.539)	(505)	(5.623)	(260)
Total	(4.880)	(1.208)	(9.401)	(2.375)

(i) Inclui o valor total de R\$3.886 referente ao ajuste de hiperinflação da Argentina.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/03/18	31/03/19	31/03/18
Receitas financeiras:				
Juros ativos	-	-	415	490
Rendimentos de aplicações financeiras	2.126	2.162	2.183	3.024
Outras(i)	301	73	384	39
Total	2.427	2.235	2.982	3.553

(i) Inclui o valor total de R\$350 referente ao ajuste de hiperinflação da Argentina.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/03/18	31/03/19	31/03/18
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(4.843)	(2.678)	24.036	(8.490)
Ativas	5.051	2.665	(24.210)	7.479
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(111)	(1.657)	(19.614)	(1.659)
Ativas	509	113	515	255
Total	606	(1.557)	(19.273)	(2.415)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

28. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/03/18	31/03/19	31/03/18
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.556)	(124)	(18.097)	(1.355)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	5	474	5	474
Outras	(32)	356	(128)	473
Total	(1.583)	706	(18.220)	(408)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/03/18	31/03/19	31/03/18
Despesa de IRPJ corrente	(1.317)	(2.323)	516	(7.647)
Despesa de CSLL corrente	(476)	(838)	(527)	(874)
IRPJ e CSLL diferidos	1.852	(977)	10.814	17
Total	59	(4.138)	10.803	(8.504)

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/19	31/03/18	31/03/19	31/03/18
Lucro (prejuízo) do período antes do IRPJ e da CSLL	(34.384)	8.151	(45.088)	13.359
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	11.691	(2.771)	15.330	(4.542)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(392)	(21)	(777)	(334)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	-	646
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	(204)	(226)
Controlada tributada no exterior	-	-	(2.769)	(3.894)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.186)	(1.196)	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	(61)	(154)	(61)	(154)
Outros itens	7	4	(716)	-
Crédito (débito) de IRPJ e CSLL	59	(4.138)	10.803	(8.504)
% alíquota efetiva	0%	51%	24%	64%

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	31/12/18	Variação do trimestre	31/03/19
Controladora			
Impostos diferidos ativos sobre:			
Não circulante:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	182	6	188
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.395	177	2.572
Prejuízos fiscais	32.484	(567)	31.917
Base negativa de CSLL	12.635	(203)	12.432
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(599)	33	(566)
Outras provisões	2.034	2.408	4.442
Total do ativo líquido	49.131	1.854	50.985

	31/12/18	Variação do trimestre	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31/03/19
Consolidado				
Impostos diferidos ativos sobre:				
Não circulante:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	524	1.525	5	2.054
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.366	9.787	-	11.153
Prejuízos fiscais	32.992	(1.075)	-	31.917
Base negativa de CSLL	12.635	(203)	-	12.432
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(599)	33	-	(566)
Outras provisões	6.933	(2.104)	(446)	4.383
Total do ativo	53.851	7.963	(441)	61.373
Impostos diferidos passivos sobre:				
Não circulante:				
Outras provisões	(3.727)	7	-	(3.720)
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(165)	3.726	-	3.561
Total do passivo	(3.892)	3.733	-	(159)
Total líquido	49.959	11.696	(441)	61.214

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	31/03/19	31/12/18
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	9.538	31.665
Diferenças temporárias dedutíveis	(1.627)	(438)
	7.911	31.227
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do exercício	2.690	10.617

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos trimestres.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora Consolidado	
2019	2.761	3.382
2020	5.922	6.543
2021	7.547	8.168
2022	8.335	8.956
2023	9.230	9.851
2024	9.809	10.430
2025	7.381	14.043
Total	50.985	61.373

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 17, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº6) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 23).

30.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			31/03/19	31/12/18
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(123.243)	(120.896)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	25.932	15.822
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	163.779	137.216
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	43.370	39.635
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Outros passivos financeiros	13.1	(26.724)	(26.335)
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	56.749	87.453
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(28.714)	(17.358)
Total de exposição			111.149	115.537
Efeito no resultado			(638)	(4.105)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			31/03/19	31/12/18
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(123.243)	(120.896)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	37.729	24.961
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	223.140	176.990
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	15.448	7.389
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	75.117	141.243
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(59.485)	(64.575)
Total de exposição			168.706	165.112
Efeito no resultado			(38)	(8.348)

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de CDI + 1,6225% ao ano para a emissão de 2018. (nota explicativa nº 17).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 27).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, aproximam-se dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 2).

30.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial. Em 31 de março de 2019, o Grupo não possui esse tipo de instrumentos financeiros contratados.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2019, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			31/03/19	31/12/18	31/03/19	31/12/18
Bancos	Ativo ao custo amortizado	Dólar	25.932	15.822	25.932	15.822
Mútuo com controlada no Peru	Ativo ao custo amortizado	Dólar	4.272	4.196	-	-
Mútuo com controladas argentinas	Ativo ao custo amortizado	Dólar	15.717	15.400	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Outros passivos financeiros	Dólar	(26.724)	(26.335)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólar	(169)	(157)	(1.797)	(458)
Total de exposição			19.028	8.926	24.135	15.364
Efeitos no resultado			(3.714)	(4.909)	3.432	2.934

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;
- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$5.500 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 31 de março de 2019 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Risco	Controladora			
		Cenário			
		31/03/19	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(123.243)	(133.383)	(135.418)	(137.453)
Aplicações financeiras	Redução	163.779	173.583	176.042	178.485
Exposição líquida		40.536	40.200	40.624	41.032
	Risco	Consolidado			
		Cenário			
		31/03/19	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(123.243)	(131.130)	(133.099)	(135.068)
Aplicações financeiras	Redução	223.140	250.227	257.006	263.770
Exposição líquida		99.897	119.097	123.907	128.702

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado negativo de R\$336 na controladora e positivo de R\$19.200 no consolidado nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados de 1,6225% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de março de 2019.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$88 na controladora e de R\$24.010 no consolidado.

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$496 na controladora e de R\$28.805 no consolidado.

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 31 de março de 2019 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
	Risco	31/03/19	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	25.932	24.623	30.779	36.934
Fornecedores	Aumento	(169)	(160)	(201)	(241)
Exposição líquida		25.763	24.463	30.578	36.693

		Consolidado			
		Cenário			
	Risco	31/03/19	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	37.729	35.824	44.781	53.737
Fornecedores	Aumento	(1.797)	(1.706)	(2.133)	(2.559)
Exposição líquida		35.932	34.118	42.648	51.178

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$1.300 e R\$1.814 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$4.815 na controladora e de R\$6.716 no consolidado.

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$10.930 na controladora e de R\$15.246 no consolidado.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 27).

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

31. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 31 de março de 2019 e de 2018, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		31/03/19	31/12/18
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	111.055	123.339
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	240.109	250.189
		<u>351.164</u>	<u>373.528</u>

32. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$72.911.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais atuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido no processo judicial contra a Inspiração é de R\$ 34.206 para 31 de março de 2019.

33. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano"), ratificado em 13 de janeiro de 2011, alterado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 e prorrogada pela Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2016. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores ou colaboradores em posição de comando. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do Plano.

As parcelas anuais, cujo período de "vesting" não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Os contratos celebrados antes do registro de companhia aberta e conseqüente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções "vested" mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo "Black & Scholes". Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

Ano de outorga	Quantidade de opções outorgadas	Valores	Valores	Valores a registrar em períodos futuros
		registrados no resultado até 31/12/2018	registrados no resultado em 31/03/2019	
De 2007 até 2014	4.047.916	5.913	-	-
2015	950.000	459	15	3
2016	488.000	1.193	45	105
2017	1.200.000	1.325	120	402
Total	6.685.916	8.890	180	510

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Datas de outorga	Planos individuais para cada executivo contemplado					
	01/07/14	10/11/14	01/04/15	28/04/16	18/08/17	
Número de executivos contemplados	13	1	8	1	6	23
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	01/07/18	30/12/18	14/04/20		27/04/21	14/04/22
Volatilidade do preço da ação	36,85%	38,80%	41,72%		54,77%	20,75%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%		13,25%	1,86%
Preço para exercício por opção R\$	5,03	4,77	2,36		6,03	4,31
Indexador		Não indexado	Indexado pelo IGP-M		Não indexado	Indexado pelo IGP-M
Preço para trimestre, corrigido - R\$	5,79	4,77	2,63		4,77	5,99
Valor justo por opção - R\$:						
Série 1	0,79	0,12	0,49	0,27	2,50	1,67
Série 2	0,97	0,18	0,56	0,4	3,19	1,69
Série 3	1,07	-	-	0,5	3,71	1,75
Série 4	1,12	-	-	0,56	4,14	1,81

Conforme aprovações do Conselho da Administração, até a data de encerramento das informações contábeis de 31 de março de 2019, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já “vested”.

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de março de 2019 e de 2018.

	Consolidado			
	31/03/19			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	86.263	15.431	18.910	120.604
Custos	(87.617)	(13.449)	-	(101.066)
Lucro bruto	(1.354)	1.982	18.910	19.538
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(5.785)	(11.716)	-	(17.501)
	(7.139)	(9.734)	18.910	2.037
Despesas administrativas				(14.008)
Outros resultados com investimentos				(7.425)
Resultado financeiro				(25.692)
Lucro antes dos impostos				(45.088)

	Consolidado			
	31/03/18			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	130.702	25.513	38.132	194.347
Custos	(138.945)	(20.375)	-	(159.320)
Lucro bruto	(8.243)	5.138	38.132	35.027
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(3.922)	(4.113)	-	(8.035)
	(12.165)	1.025	38.132	26.992
Despesas administrativas				(12.396)
Resultado financeiro				(1.237)
Lucro antes dos impostos				13.359

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/19	31/03/18
<u>Receita líquida</u>		
Argentina	23.771	7.816
Brasil	88.532	145.362
Chile	8.301	41.169
	120.604	194.347

	Consolidado	
	31/03/19	31/03/18
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>		
Argentina	2.752	3.252
Brasil	16.887	24.484
Chile	(101)	7.291
	19.538	35.027

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Consolidado	
	31/03/19	31/03/18
<u>Lucro (Prejuízo) operacional antes dos impostos</u>		
Argentina	(32.098)	(1.042)
Brasil	(4.839)	9.133
Chile	(8.176)	5.329
Peru	(3)	(83)
USA	28	22
	<u>(45.088)</u>	<u>13.359</u>

35. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 31 de março de 2019 no montante de R\$688 na controladora e R\$690 no consolidado (R\$19 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2018).
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais redução no montante de R\$1.461 (R\$4.104 em 31 de março de 2018).

36. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 33).

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/19	31/03/18
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	<u>(34.325)</u>	<u>4.013</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>67.286.065</u>	<u>67.397.165</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>69.472.065</u>	<u>69.953.415</u>
Lucro básico por ação - em reais	<u>(0,5101)</u>	<u>0,0595</u>
Lucro diluído por ação - em reais	<u>(0,4941)</u>	<u>0,0574</u>

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 6 de maio de 2019.

Apresentamos a seguir os comentários sobre os resultados consolidados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019 (1T19). Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Informações Trimestrais (ITR).

Comentários sobre o Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

Para melhor análise dos resultados, destacamos a seguir a ocorrência dos eventos não-recorrentes que impactaram de forma expressiva nosso desempenho financeiro no 1T19:

(i) Decisão de segunda instância em ação judicial na Argentina

Conforme fato relevante divulgado em 06 de maio de 2019, nos termos de decisão judicial proferida pela *Cámara Nacional de Apelaciones en lo Comercial de la Capital Federal*, tribunal de segunda instância do Poder Judiciário da República Argentina, a T4F foi condenada solidariamente com as suas controladas T4F Inversiones S.A., Ticketek Argentina S.A. e T4F Entretenimientos Argentina S.A. a pagar a LRPG Mandataria y Fiduciaria S.A. a quantia de US\$ 3,5 milhões, quantia esta a ser acrescida de juros de mora a serem calculados desde 13 de junho de 2007 até seu efetivo pagamento, nos autos de ação movida contra a Companhia e suas controladas por LRPG MANDATÁRIA Y FIDUCIÁRIA S.A. em decorrência de discussão de contrato de compra e venda de participação acionária celebrado em 14 de maio de 2007.

No caso em questão, conforme acordo complementar celebrado entre as partes, o pagamento da quantia citada estava sujeito ao cumprimento de cláusula de não-competição pelo prazo de 5 anos após a interrupção da prestação de serviços pela parte envolvida no processo. A decisão de primeira instância, proferida em 7 de maio de 2018, havia reconhecido o não-cumprimento da cláusula de não-competição, e a Companhia foi condenada ao pagamento de aproximadamente US\$1,2 milhão, que representava cerca de 15% do valor da demanda atualizado à época (US\$7,6 milhões) e não havia realizado provisão considerando a possibilidade de reversão a seu favor baseada no recurso apresentado e conforme opinião, à época, dos advogados que patrocinam a causa.

Entretanto, a mencionada decisão de segunda instância, proferida em 17 de abril de 2019, mudou de forma radical e surpreendente a decisão de 1ª Instância e foi contra a prova existente que atesta a violação da obrigação de não concorrência, além do prazo mínimo de 5 anos de exclusividade, razão que não faria jus a qualquer tipo de indenização ou recebimento de valor por parte da Companhia.

À luz de tal decisão de segunda instância, apesar de haver protocolado recurso à Suprema Corte da Argentina, com base na revisão do caso pelos advogados que patrocinam sua defesa neste processo, a Companhia alterou o prognóstico desta ação judicial para perda provável, e, por consequência deste novo prognóstico, provisionou no resultado do 1T19, o montante integral da possível perda decorrente desta ação, calculada em cerca de US\$8,8 milhões, sendo que US\$3,5 milhões referentes à ação judicial acrescidos de custos advocatícios estão registrados na conta de “Outras despesas operacionais” (com impacto no EBITDA) e o valor de juros de mora está registrado na conta de “Variação monetária” (afetando o resultado financeiro).

(ii) Distrato do acordo de incorporação das operações da Bizarro no Chile

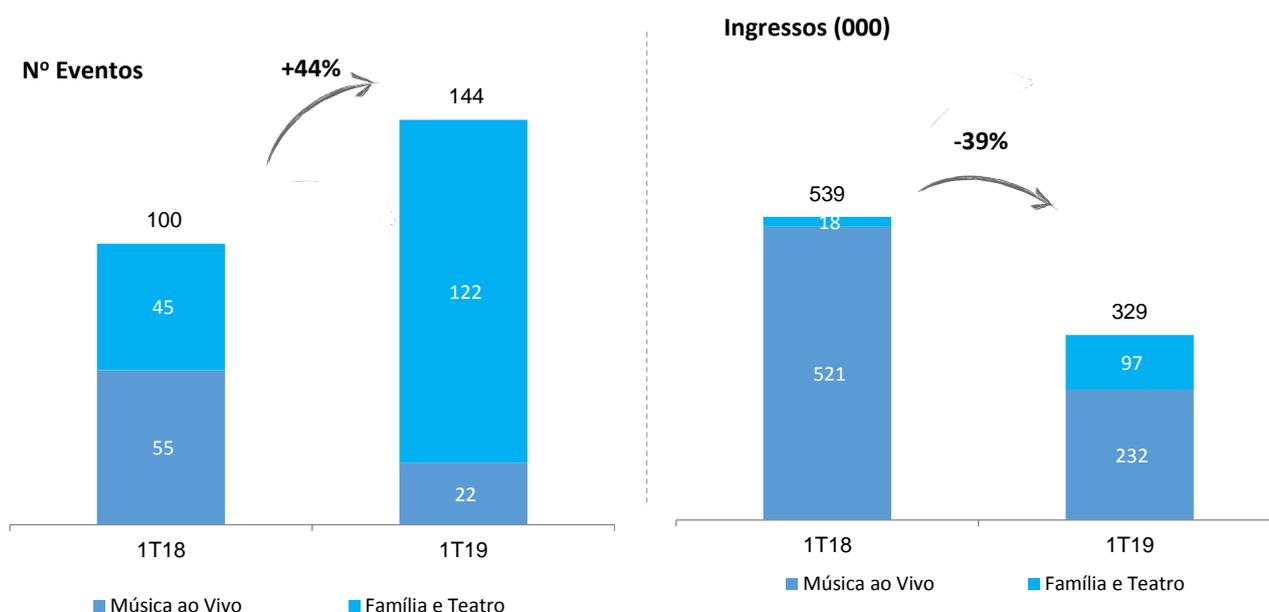
Em setembro de 2015, anunciamos a incorporação das operações da Bizarro SpA, que transcorrido o prazo de três anos, oferecia a possibilidade de fusão entre as partes (T4F e Bizarro), que por decisão dos sócios não se materializou. Assim, no 1T19, foi registrada a baixa desse investimento no valor de R\$7,4 milhões na conta de “Outros resultados com investimentos” (não-EBITDA).

Com isso, a partir de janeiro de 2019, não promovemos shows latinos indoor no Chile, porém mantém-se a operação de bilheteria (ticketeira) e a promoção de shows “anglo”.

Desconsiderados os efeitos em impostos diferidos, os eventos não-recorrentes acima impactaram negativamente, em conjunto, o resultado da Companhia em cerca de R\$41 milhões.

Além disso, ressaltamos que o resultado financeiro do 1T19 é impactado também pelo efeito negativo de R\$3,9 milhões relativo ao ajuste de hiperinflação na Argentina, adotado conforme nova norma contábil desde o 4T18.

Indicadores Operacionais



Em música ao vivo, promovemos 22 shows com 232 mil ingressos vendidos, uma redução de 60% e de 56%, respectivamente em relação ao 1T18. Essa diminuição é reflexo da mudança de data do Festival Lollapalooza Brasil, que em 2018 ocorreu em março e, este ano, foi promovido em abril. Além dos 3 dias de festival, todos os seshows e Lollaparties, eventos indoor com artistas que se apresentam no festival, também aconteceram em abril este ano, enquanto que em 2018 ocorreram em março.

Em música ao vivo outdoor, no 1T19, destacamos a promoção de 4 shows da turnê do Paul McCartney, com ingressos praticamente esgotados, enquanto no 1T18 promovemos 5 shows outdoor, sendo 1 show do Pearl Jam, 1 show do Gorillaz e 3 dias do Festival Lollapalooza Brasil.

Em família e teatro, o número de eventos e ingressos vendidos aumentaram, respectivamente, 171% e 438%, pois, enquanto no 1T18 apresentamos apenas o espetáculo Fuerza Bruta, no 1T19, promovemos o espetáculo Circo da China em São Paulo e continuamos em cartaz com o musical original da Broadway O Fantasma da Ópera, que estreou em agosto de 2018.

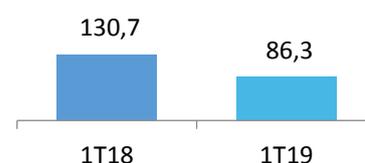
Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ mm)	1T18	1T19	Var. % 1T19/1T18
Promoção de Eventos	130,7	86,3	-34%
Música ao Vivo	126,8	74,0	-42%
Eventos Família e Teatro	1,9	12,1	535%
Eventos Esportivos	2,0	0,1	-93%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	25,5	15,4	-40%
Patrocínio	38,1	18,9	-50%
Promoção de Eventos	35,4	15,9	-55%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	2,7	3,0	8%
TOTAL	194,3	120,6	-38%

A receita líquida do 1T19 totalizou R\$120,6 milhões, 38% inferior ao 1T18.

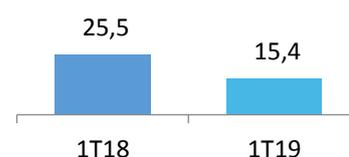
A receita líquida na promoção de eventos apresentou redução de 34% em relação ao 1T18, devido à menor atividade em música ao vivo, principalmente por conta da realização do festival Lollapalooza Brasil no 2T19, enquanto em 2018 havia sido realizado no primeiro trimestre.

Promoção de Eventos
R\$ mm

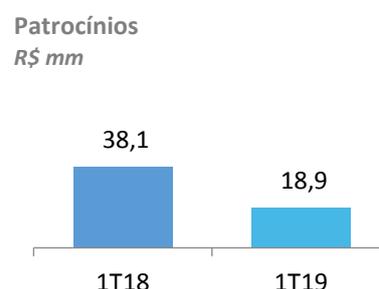


A receita líquida de operações de bilheteria, A&B e venues diminuiu 40% no 1T19 em relação ao 1T18. Enquanto no 1T18 tínhamos vendas abertas, e conseqüente reconhecimento de taxa de conveniência, para 14 shows outdoor de trimestres posteriores, no 1T19 tivemos vendas abertas para 4 shows outdoor do 2T19 (3 dias do Lollapalooza Brasil e 1 show do Arctic Monkeys). Além disso, a receita da operação de A&B do Lollapalooza Brasil deste ano será reconhecida apenas no 2T19.

Operação de Bilheteria, A&B e Venues
R\$ mm



A receita líquida de patrocínios totalizou R\$18,9 milhões no 1T19, uma redução de 50% em relação ao 1T18, também por conta do efeito calendário do festival Lollapalooza, pois grande parte da receita de patrocínios é reconhecida no mês de realização do evento.



Resultado Bruto

Resultado Bruto (R\$ mm)	1T18	1T19	Var. % 1T19/1T18
Promoção de Eventos	(8,2)	(1,4)	-84%
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	5,1	2,0	-61%
Patrocínio	38,1	18,9	-50%
Lucro Bruto	35,0	19,5	-44%
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>18,0%</i>	<i>16,2%</i>	<i>-1,8 p.p.</i>

O lucro bruto atingiu R\$19,5 milhões no 1T19, uma redução de 44% em comparação com o 1T18, devido principalmente à redução na linha de patrocínios dada a menor atividade no período com a realização do festival Lollapalooza Brasil no 2T19 e o menor número de shows à venda para trimestres posteriores.

Despesas (Receitas) Operacionais

Despesas (Receitas) Operacionais (R\$ mm)	1T18	1T19	Var. % 1T19/1T18
Vendas	(0,4)	(0,4)	-7%
Gerais e Administrativas	(17,3)	(11,6)	-33%
Remuneração dos Administradores	(2,3)	(1,3)	-45%
SG&A	(20,0)	(13,3)	-34%
<i>% Total/Receita Líquida</i>	<i>10,3%</i>	<i>11,0%</i>	<i>0,7 p.p.</i>
Outros resultados com investimentos	-	(7,4)	n.a.
Outras receitas (despesas) operacionais	(0,4)	(18,2)	4366%
Total	(20,4)	(38,9)	91%

As despesas com vendas, gerais e administrativas e a remuneração dos administradores reduziram 34% em relação ao 1T18, devido principalmente ao não-pagamento e à reversão de provisão de bônus aos administradores no 1T19 pelo não atingimento das metas de 2018. As despesas totais atingiram R\$38,9 milhões, devido, principalmente, aos efeitos não-recorrentes mencionados anteriormente: (i) distrato do acordo de incorporação das operações da Bizarro no Chile, refletido em “Outros resultados com investimentos”, e (ii) provisão de perda provável de ação judicial na Argentina, com impacto na linha de “Outras despesas operacionais” de R\$16,7 milhões.

EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	1T18	1T19	Var. % 1T19/1T18
Resultado Líquido	4,9	(34,3)	n.a.
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	8,5	(10,8)	n.a.
(+) Resultado Financeiro Líquido	1,2	25,7	1977%
(+) Outros resultados com investimentos	-	7,4	n.a.
(+) Depreciação	1,5	3,9	160%
=EBITDA	16,1	(8,1)	n.a.
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>8,3%</i>	<i>-6,7%</i>	<i>-15,0 p.p.</i>
EBITDA Ajustado (excl. efeitos não-recorrentes) ⁽¹⁾	16,1	8,6	-47%
<i>Margem EBITDA ajustada (excl. efeitos não-recorrentes)⁽¹⁾</i>	<i>8,3%</i>	<i>7,1%</i>	<i>-1,2 p.p.</i>

Como consequência, o EBITDA no 1T19 ficou negativo em R\$8,1 milhões. Excluindo os efeitos não-recorrentes, o EBITDA Ajustado totalizou R\$8,6 milhões positivo, uma redução de 47% em comparação com o 1T18.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mm)	1T18	1T19	Var. % 1T19/1T18
Receitas Financeiras	3,6	3,0	-16%
Juros Ativos	0,5	0,4	-15%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3,0	2,2	-28%
Outros	0,0	0,4	885%
Despesas Financeiras	(2,4)	(9,4)	296%
Juros Passivos	(0,8)	(1,0)	25%
Juros com Empréstimos - Debêntures	(0,5)	(2,3)	331%
Impostos sobre Transações Financeiras	(0,8)	(0,5)	-43%
Outros	(0,3)	(5,6)	2063%
Receitas - Despesas Financeiras	1,2	(6,4)	n.a.
Variação Cambial e Monetária	(2,4)	(19,3)	698%
Variação Cambial	(1,0)	(0,2)	-83%
Variação Monetária	(1,4)	(19,1)	1260%
Resultado Financeiro Líquido	(1,2)	(25,7)	1977%

No 1T19, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$25,7 milhões, versus R\$1,2 milhão negativo no 1T18, devido principalmente a:

- (i) Ajuste contábil de hiperinflação na Argentina equivalente a R\$3,9 milhões em outras despesas financeiras no 1T19, cuja norma contábil ainda não era adotada no mesmo período do ano anterior;
- (ii) Efeito não-recorrente da provisão do valor equivalente a R\$17,3 milhões referente a juros de mora da ação judicial na Argentina na conta de variação monetária.

Excluídos os efeitos mencionados acima, o resultado financeiro líquido seria negativo em aproximadamente R\$4,5 milhões.

Resultado Líquido

Resultado Líquido (R\$ mm)	1T18	1T19	Var. % 1T19/1T18
Resultado Antes de Impostos	13,4	(45,1)	n.a.
(-) IRRF e CSSL (Corrente)	(8,5)	(0,0)	-100%
(-) IRRF e CSSL (Diferido)	0,0	10,8	n.a.
Resultado Líquido	4,9	(34,3)	n.a.
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>2,5%</i>	<i>-28,4%</i>	<i>n.a.</i>
Resultado Líquido (excl. efeitos não-recorrentes) ⁽¹⁾	4,9	(4,8)	n.a.
<i>Margem Líquida (excl. efeitos não-recorrentes)⁽¹⁾</i>	<i>2,5%</i>	<i>-3,9%</i>	<i>n.a.</i>

Como consequência dos fatores mencionados, o trimestre encerrado em 31 de março de 2019 apresentou resultado líquido negativo em R\$34,3 milhões. Excluídos os efeitos não-recorrentes, o resultado líquido seria negativo em R\$4,8 milhões versus lucro líquido de R\$4,9 milhões no 1T18.

Capital de Giro

Capital de Giro (R\$ mm)	1T18	4T18	1T19	Var. % 1T19/4T18	Var. % 1T19/1T18
Ativo	184,1	208,7	144,6	-31%	-21%
Contas a Receber	133,5	141,2	75,1	-47%	-44%
Estoques	0,9	1,5	1,3	-13%	40%
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	49,6	66,0	68,2	3%	37%
Passivo	237,3	184,2	164,6	-11%	-31%
Fornecedores	115,3	64,6	59,5	-8%	-48%
Adiantamento de Clientes	122,0	119,6	105,1	-12%	-14%
Capital de Giro	(53,2)	24,5	(20,0)	n.a.	-62%

No 1T19, apresentamos capital de giro negativo de R\$20,0 milhões, versus R\$53,2 milhões no 1T18 e capital de giro positivo em R\$24,5 milhões no 4T18. Com isso, voltamos ao padrão de capital de giro negativo do nosso modelo de negócios, em que apresentamos venda antecipada de ingressos e patrocínios (registradas em adiantamentos de clientes), frente aos pagamentos dos gastos com fornecedores concentrados em sua grande maioria em datas próximas aos eventos relacionados.

Caixa e Endividamento

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	1T18	4T18	1T19	Var. % 1T19/4T18	Var. % 1T19/1T18
Fluxo de Caixa Operacional	51,7	(17,2)	64,2	n.a.	24%
Fluxo de Caixa de Investimento	(0,4)	(5,2)	(3,4)	-35%	718%
Fluxo de Caixa de Financiamento	(7,1)	112,0	(8,3)	n.a.	17%
Varição Cambial sobre Saldos de Caixa	0,8	2,6	6,4	149%	706%
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes	45,0	92,2	58,9	-36%	31%
Saldo de Caixa + Aplicações	243,0	202,0	260,9	29%	7%
Empréstimos e Financiamentos - CP	16,7	0,9	12,9	1339%	-23%
Empréstimos e Financiamentos - LP	-	120,0	145,0	21%	n.a.
Endividamento Total	16,7	120,9	157,8	31%	843%
Caixa (Dívida) Líquido	226,3	81,1	103,0	27%	-54%

Encerramos o 1T19 com R\$260,9 milhões em caixa (R\$263,5 milhões considerando o caixa restrito), versus R\$243,0 milhões no 1T18 e R\$202,0 milhões no 4T18.:

- Caixa operacional: geramos R\$64,2 milhões, devido principalmente ao recebimento das vendas de ingressos do festival Lollapalooza Brasil, realizado em abril, e dos shows da turnê do Paul McCartney, que se iniciaram em dezembro e cujo cachê já havia sido pago, em sua maior parte, no 4T18.
- Investimentos: foram gastos R\$370 mil em capex de manutenção e R\$3,0 milhões referentes a ágio na aquisição de investimentos.
- Financiamento: dispendemos R\$3,3 milhões com o pagamento de passivos de arrendamento referente aos contratos de aluguel de longo prazo das casas de espetáculo e R\$5,0 milhões com partes relacionadas, principalmente devido à variação cambial no período.

Cabe ressaltar que a partir de 1º de janeiro de 2019, a nova norma CPC 06/IFRS16 remove a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros e requer o reconhecimento de um ativo (bens de direito de uso) e um passivo financeiro relacionado como pagamento de aluguéis para praticamente todos os contratos de arrendamento. Por esse motivo, os empréstimos e financiamentos passam a refletir os nossos contratos de arrendamento com prazo maior de 12 meses.

Com isso, encerramos o 1T19 com: (i) endividamento total de R\$157,8 milhões (+31% vs. 4T18) e (ii) caixa líquido de R\$103,0 milhões (+27% vs. 4T18).

Pipeline de Eventos

- **Música ao Vivo**

Outdoor

Em abril, promovemos 3 dias da 7ª edição do festival Lollapalooza Brasil com cerca de 70 atrações, que incluíram Arctic Monkeys, Sam Smith, Kings of Leon, Post Malone, Lenny Kravitz, Kendrick Lamar, Twenty One Pilots e Tribalistas. Ainda em abril, promovemos também um *sideshow* do Arctic Monkeys no Rio de Janeiro.

Em julho, apresentaremos dois dias do festival Villa Mix no Autódromo de Interlagos em São Paulo, que terá como headliner a banda Maroon 5, além de Alok, Jorge & Mateus, Gustavo Lima, Luan Santana, entre outros.

E, em novembro, promoveremos o Popload Festival em São Paulo, cujas atrações serão anunciadas em breve.

Indoor

Em música *indoor*, já temos programados ao redor de 40 shows para o 2T19, incluindo importantes artistas internacionais e nacionais como: Snow Patrol, Aurora, Djavan, Bruno & Marrone, Nando Reis, Lulu Santos, entre outros.

- **Eventos Família e Teatro**

No Teatro Renault, seguiremos promovendo o musical original da Broadway O Fantasma da Ópera até o final de 2019.

- **Eventos Esportivos**

No 2T19, promoveremos 4 das 12 etapas da Stock Car e 3 das 8 etapas da Stock Car Light.